



MANTER O DESENVOLVIMENTO E REDUZIR A DEPENDÊNCIA EXTERNA

A. Delfim Neto

Ministro-Chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República.

Quero conversar com os Senhores sobre alguns problemas que nos afligem. Em particular, quero falar-lhes sobre a estratégia que estamos utilizando para superar os problemas existentes hoje no Brasil.

Talvez fosse mais interessante se colocássemos esses problemas para, depois, verificarmos qual a estratégia que poderíamos adotar para atacá-los, se existe alguma alternativa melhor, que possa ser utilizada, isto é, se há possibilidade de melhorar muito mais as condições da política econômica que estamos executando.

Do meu ponto-de-vista — acredito — o Brasil tem hoje quatro grandes problemas, que devem ser resolvidos simultaneamente. A grande dificuldade que enfrentamos é que não é simples resolvê-los ao mesmo tempo, porque a solução de cada um deles sempre leva alguma contradição com a dos outros. De forma que a solução dos quatro é uma composição que depende de certa arte, dosando adequadamente os instrumentos, de forma a poder resolvê-los.

Manter o Desenvolvimento

O primeiro grave problema nacional é o da manutenção do nível de desenvolvimento.

O Brasil é um país com uma população muito jovem e com uma força de trabalho que cresce com muita rapidez. *A manutenção das taxas de desenvolvimento* — é importante frisar — é uma *necessidade absoluta*. Não podemos imaginar nenhuma solução que dê certo no Brasil, a não ser que ela possibilite a solução deste problema: *a manutenção do nível de desenvolvimento*. Isso coloca para os Senhores a diferença radical entre a posição brasileira e a posição de quase todos os outros países do mundo atual. Os problemas que o Brasil tem são comuns aos países da Europa Ocidental e a países como os Estados Unidos e Japão. São problemas monetários, problemas cambiais, problemas de dívida externa. Mas *o Brasil tem um problema adicional*, que torna a utilização dos métodos tradicionais de política econômica muito difícil. É o fato de que ele tem como

obrigação fundamental manter certo nível de desenvolvimento que permita a absorção de uma parcela da nova força de trabalho que se apresenta a cada ano no mercado.

Este, portanto, é o problema número um. E estou chamando a atenção para ele porque, na medida em que formos analisando as soluções, vamos ver que isso nos obriga a uma estratégia de caráter totalmente diferente daquilo que é utilizado nos outros países.

Reduzir a Dependência Externa

O segundo problema é o de reduzir nossa dependência externa, que cresceu de forma muito acelerada, de forma muito importante, com a crise do petróleo.

Quando, em 1973, houve o primeiro corte do petróleo, nós realmente fizemos o ajustamento necessário à nossa economia. Compreendemos que os aumentos do preço do petróleo eram um imposto que estava sendo cobrado pelos países produtores de petróleo sobre a economia nacional. Isto significava que cada um tinha de ceder uma parcela do que produzíamos para pagar esse novo imposto. E isto implicaria uma redução *ou a nível de consumo, ou a nível de investimento*. Como não fizemos isto, entramos no caminho de ampliar o endividamento externo. Mas estou convencido de que este foi o caminho de menor alcance social. Era aquilo que devia ser feito, mesmo porque era o que tinha menor custo social e existiam as possibilidades do mercado internacional financeiro em expansão, que permitia os financiamentos. Mas isso afunilou certos componentes externos que têm de ser honrados.

Por outro lado, a elevação do custo do petróleo aos níveis atuais influiu de forma substancial no aumento das porcentagens da nossa receita de divisas que tem de ser destinada ao pagamento do petróleo. Para os Senhores terem uma idéia, em 72/73 gastávamos 8 a 9% de nossa receita com petróleo. Estamos gastando, *no primeiro semestre deste ano*, 41%, e certamente chegaremos ao fim do ano gastando *quase metade da nossa receita de exportações* com pagamento de petróleo.

Então, o segundo problema que temos de resolver, em nossa estratégia, *é o de reduzir, ou não permitir que aumente a nossa dependência externa*.

Reduzir a Taxa de Inflação

O terceiro problema que tem de ser resolvido é o de reduzir a taxa de inflação a patamares mais razoáveis. A inflação representa um desequilíbrio interno que produz dificuldades muito importantes ao funcionamento do sistema econômico. Ela reduz a eficiência do sistema econômico, posto que, com a inflação, o sistema funciona com um nível de produtividade mais baixo. Isto é uma forma de desperdício, como todos os outros desperdícios. Além do mais, a inflação cria tensões sociais, dificuldades de toda a sorte. É preciso, portanto, reduzir o patamar da inflação, para que possamos ter sucesso na condução da política econômica.

E, finalmente, o que me parece ser o quarto problema, temos de resolver essas três questões não agravando o problema da distribuição de renda, ou não criando condições para esse agravamento e, sempre que for possível, combinando a solução dos três problemas com uma melhoria na distribuição dos bene-

fícios do desenvolvimento entre todos os cidadãos brasileiros.

Melhorar a Distribuição de Renda

*Essa distribuição tem que ser não só pessoal, mas também geográfica. É preciso, portanto, combinar a solução dos problemas brasileiros resolvendo essas quatro questões ao mesmo tempo: **sustentar o nível de crescimento**, porque nós temos que absorver a mão-de-obra que se está apresentando ao mercado; **não permitir que se amplie a nossa dependência externa** — temos de mantê-la estritamente sob controle; **reduzir os patamares inflacionários, de forma a melhorar o nível de eficácia da economia**, e **tudo isso combinado com uma política que não piore, ou, sempre que possível, melhore a distribuição regional e pessoal de recursos.***

As Alternativas Estratégicas

Colocadas as questões, poderíamos pensar em como se formaria uma política para atender simultaneamente a esses quatro problemas. Que estratégia seria possível, tendo em vista esses problemas não serem facilmente compatibilizáveis? Acredito que, para compreender isso, deveríamos pensar numa identidade macroeconômica tradicional, que une recursos e utilização. Se se pensar um pouco na economia nacional, hoje, vê-se que existe um volume de bens que é produzido internamente. Nós temos um nível de produção interna que se realiza utilizando a nossa mão-de-obra, as nossas máquinas, todos os nossos fatores. Nós juntamos a essa produção interna — tirando uma interpretação popular — tudo aquilo que nós importamos. Portanto, todos os recursos de que dispomos,

de que podemos dispor, são de duas origens: ou produzidos internamente, ou importados. Isso, falando grosseiramente, representa a oferta global de bens e serviços de que a sociedade pode dispor em cada instante, ou seja, tudo aquilo que ela produziu mais o que importou. Sobre essa oferta global se exercem pressões e demanda. Como pode ser ela utilizada? Esses produtos ou bens produzidos internamente ou importados, como podem ser utilizados? Basicamente, de três formas: eles podem ser consumidos; eles podem ser investidos, isto é, reconduzidos ao processo produtivo na forma de novos investimentos, ou podem ser exportados. Numa interpretação simples dessa identidade, tem-se, de um lado, a oferta global, aquilo que foi produzido mais o que se trouxe do exterior, e, de outro lado, o que foi consumido, o que se investiu, o que se exportou. Essa é uma identidade, portanto, insuperável. Se se cometem equívocos na condução da oferta ou da demanda, existem três mecanismos de ajustamentos.

Vamos supor que as pressões de consumo, mais investimento, mais exportações, sejam superiores às disponibilidades de bens, isto é, aquilo que nós produzimos mais o que importamos. Então, estamos tentando capturar mais bens do que nós temos disponível. E acontece uma de duas coisas: ou sobem os preços, e aquele consumo, aquele investimento e aquela exportação, em termos reais, ficam exatamente iguais à oferta, porque, elevando-se os preços, as duas coisas se equilibram de novo; ou aparece um buraco no balanço de contas correntes, isto é, porque se tem uma despesa maior e se tem de importar mais. O mais comum, o mais freqüente, é que esse equilíbrio se faça pelos dois caminhos. Quando há um desequilíbrio fundamen-

tal entre esse exercício de demanda sobre essa oferta, aparece uma pressão inflacionária e, simultaneamente, aparece um déficit em conta-corrente. Se nós pensarmos agora, usando esta identidade e tentando resolver nossos problemas, vamos verificar uma coisa interessante.

Vamos considerar o consumo, mais investimento, mais exportações. O investimento, não podemos diminuir. Por que? Porque é a forma pela qual nós reconduzimos ao processo produtivo a parcela do capital que nós utilizamos na própria produção e para aumentar o volume de capital. Ora, se a condição número um, se o *problema número um que temos é manter a taxa de crescimento*, está é uma parcela que não podemos sacrificar. E, se nós temos que fazer com que ela cresça no tempo, não podemos reduzir o nível de investimento. Se o fizermos, vamos violar a solução número um.

Ampliar as Exportações

Por outro lado, temos o problema da exportação. Se pensarmos um pouco, vamos ver o seguinte: nós estamos numa situação difícil no balanço de pagamentos. Está aumentando o pagamento com o petróleo. *Logo, não vamos poder cortar as exportações.* Vamos voltar, agora, ao lado da oferta, isto é, onde se tem a produção interna mais as importações. Poder-se-ia equilibrar isto aumentando as importações, mas, com isto, se violaria o segundo problema, que é diminuir o nível de dependência externa. Se olharem a nossa identidade, vão ver que sobrou um único grau de liberdade. Se quisermos satisfazer simultaneamente as condições impostas, temos que reduzir o consumo. Isto causa um espanto enorme. O Brasil é um país pobre, e a última

coisa que se pode imaginar é reduzir o consumo. Como esta identidade se está verificando a cada instante, no tempo, a interpretação correta disto é que *temos de fazer o consumo crescer a uma taxa menor do que cresce o nível de renda*, isto é, nós temos que organizar uma política econômica pela qual a taxa de crescimento de consumo seja menor do que a taxa de crescimento das exportações, de tal forma que, no fim, se tenha o equilíbrio desejado, com menores pressões inflacionárias e com menor déficit em conta-corrente.

Então, a estratégia tem que ser uma estratégia que reduza a taxa de crescimento do consumo. Pode-se imaginar se não existiria uma única alternativa. É claro que, se o país fosse outro, ter-se-iam outras alternativas. Nas condições brasileiras, em que temos que resolver os quatro problemas ao mesmo tempo, não existe outra solução.

Eu digo: não se trata de uma redução de nível de consumo absoluto. Ninguém pretende que consumamos menos. O que se pretende é que a taxa de crescimento do consumo vá sendo menor do que o crescimento da renda. Como isto pode ser feito? Isto pode ser feito por dois mecanismos básicos. Primeiro, com uma redução nos dispêndios correntes — e é o que estamos tentando fazer — e, segundo, engajando toda a sociedade num mecanismo de formação de poupança que permita uma certa redução da taxa de crescimento do consumo. Esta é uma política muito mais delicada e também muito mais complicada, que tem implicações com todo o resto do sistema. E é por isso que temos de fazer isto com muito cuidado. De qualquer forma, é preciso ficar claro que só será possível uma solução simultânea dos quatro problemas se nos conformarmos

Prioridade Dois: Exportação

Como não é possível resolver o problema da dependência energética com rapidez, o segundo setor privilegiado foi a exportação. Este nos ajuda menos a resolver todos os problemas. Certamente, nos ajuda a resolver o da mão-de-obra; certamente, permite uma redução da dependência externa, mas a ampliação das exportações exerce também demanda sobre os bens internos e tende a produzir certas pressões inflacionárias. Então, vejam: a segunda prioridade já não satisfaz aos quatro problemas. Satisfaz a dois, muito bem; a um, o terceiro, que é o da inflação, parcialmente; e é duvidoso o papel que exerce sobre o quarto. De forma que, das duas grandes prioridades, uma delas, a agricultura, *atende a todos os objetivos simultaneamente* e, a outra, a exportação, conduz à solução dos dois problemas colocados inicialmente, mas não os ajuda tanto na

solução dos outros dois problemas. A estratégia, por conseguinte, tem de apoiar-se neste fato: expandir a economia, manter o nível de investimento, mas desviando esses investimentos para aqueles setores que vão produzir os efeitos prioritários, ou seja, de um lado, a agricultura e, de outro, as exportações.

Foi esta análise que nos levou a colocar as prioridades para a agricultura e a exportação. Essas prioridades, colocadas no início do Governo, já estão começando a produzir alguns efeitos. Só para lhes dar uma pálida idéia disso, vou mostrar-lhes o aumento da produção agrícola que conseguimos em 1980. Certamente, não foi apenas por efeito da política econômica — São Pedro teve uma participação importante aí.

De qualquer forma, a fixação de prioridades, a idéia de que realmente nós precisávamos da agricultura, mobilizou a Nação e tivemos um substancial aumento de produção.

PROJEÇÃO DE SAFRA DE PRODUTOS SELECIONADOS

Produto	Quantidade em 1.000 t			Variação (%) 1980/Média	Variação (%) 1979/1980
	1964-1979 (Média)	1979	1980 (Projeção)		
Cacau	210	300	330	57,1	10,0
Algodão em caroço	1.900	1.600	2.000	5,3	25,0
Amendoim em casca	640	460	500	- 21,9	9,0
Arroz em casca	7.300	7.600	10.000	37,0	32,0
Batata inglesa	1.610	2.150	1.750	8,7	- 19,0
Cana-de-açúcar	91.380	138.000	142.000	55,4	3,0
Feijão	2.270	2.200	2.400	5,7	9,0
Mandioca	26.820	25.000	25.000	- 6,8	0,0
Milho em grão	14.280	16.500	21.000	47,1	27,0
Soja	4.800	10.000	15.000	212,5	50,0
Tomate	930	1.500	1.600	72,0	7,0

Fonte: FIBGE.

A última coluna mostra os aumentos de produção entre 1979 e 1980, enquanto a primeira coluna mostra unicamente a produção média naqueles seis anos. É claro que a produção média tem um significado um pouco menor, porque se tem aqui uma tendência ascendente. Os números mostram aumentos substanciais e uma resposta muito positiva do setor agrícola à política do Governo. *Isso significa que a prioridade não foi simplesmente imaginada: ela foi pensada e executada.* A despeito de todas as dificuldades que temos, o quadro a seguir revela que a economia responde adequadamente aos estímulos recebidos. O segundo problema, a segunda grande prioridade, que é a da exportação, está no gráfico a seguir. Nele, temos o nível de exportação em média de 12 meses — para eliminar a exportação a curto prazo. Elas oscilam num nível de 11 a 12 bilhões de dólares. Na medida em que se estabeleceu realmente a prioridade, as coisas começaram a melhorar e estamos num nível de 16.2 bilhões de dólares. Também a prioridade foi imaginada e executada e caminhamos para terminar o ano com o objetivo de 20 bilhões de dólares de

exportação. Isso significa que a estratégia imaginada inicialmente, tanto no campo da agricultura, como no das exportações, está produzindo os seus resultados. O que não tivemos, e ainda não temos, é um mecanismo de controlar essa demanda exagerada. Exatamente por isso, ainda temos alguns problemas que não mostram sinais de estarem sendo corrigidos. Ainda que nos impressionemos demais com os problemas inflacionários — aqui, realmente, a coisa ainda não está na direção correta, mas é importante compreender que a economia começa a se deslocar na direção correta — vamos chegar certamente ao fim do ano com exportações de 20 bilhões de dólares.

Direcionar os Investimentos

Para prosseguirmos nesta análise, teríamos de começar a escolher, agora, os campos dos investimentos que nos levassem à direção que desejamos. Se temos de reduzir esse desequilíbrio externo e reduzir o desequilíbrio interno, temos de procurar níveis de investimentos que nos levem na direção correta. E qual é o

EXPORTAÇÕES AGREGADAS (Últimos 12 meses)

US\$ Milhões

ANO MÊS	1975		1976		1977		1978		1979		1980	
			%		%		%		%		%	
JAN	8.236,5	8.454,0	2,6	10.507,7	24,3	12.057,4	14,7	12.860,2	6,7	15.557,0	21,0	
FEV	8.342,2	8.505,5	2,0	10.735,2	26,2	12.024,8	12,0	12.990,6	8,0	15.955,7	22,8	
MAR	8.534,9	8.508,6	-0,3	10.864,7	28,9	12.134,3	10,7	13.089,4	7,9	16.236,7	24,0	
ABR	8.727,7	8.509,3	-2,5	11.300,7	32,8	12.074,0	6,8	13.287,5	10,1			
MAI	8.937,1	8.581,1	-4,0	11.729,5	36,7	11.901,6	1,6	13.525,0	13,6			
JUN	9.058,6	8.907,3	-1,6	11.923,9	33,9	11.783,8	-1,2	13.592,4	15,3			
JUL	9.178,5	9.043,2	-1,5	12.040,7	33,1	11.774,3	-2,2	13.993,1	18,8			
AGO	9.244,9	9.087,5	-1,7	12.205,2	34,9	11.799,9	-3,3	14.303,1	21,2			
SET	9.161,6	9.217,6	0,6	12.282,8	33,0	11.985,7	-2,3	14.515,9	21,1			
OUT	9.052,8	9.536,3	5,3	12.220,3	28,1	12.289,8	0,6	14.766,5	20,2			
NOV	8.826,1	8.818,4	11,2	12.200,2	24,3	12.499,8	2,5	14.932,5	19,5			
DEZ	8.689,9	10.128,3	16,8	12.139,4	19,8	12.650,5	4,2	15.244,4	20,5			

Fonte: CACEX

primeiro setor de investimento privilegiado? Serão os setores altamente absorvedores de mão-de-obra. Temos de pensar os programas do Governo e do setor privado na direção de investimentos que possam absorver o maior volume possível de mão-de-obra.

Aqui existem alguns programas que satisfazem como uma luva essa condição. É, por exemplo, o caso do PROÁLCOOL, um grande absorvedor de mão-de-obra que, ao mesmo tempo, nos ajuda a resolver o problema energético.

Quando começamos a pensar qual a natureza que deveriam ter os investimentos, o PROÁLCOOL surge logo como uma opção muito útil, muito importante, porque permite resolver de forma bastante rápida os problemas de absorção de mão-de-obra e de redução da dependência de energia. Isto significa de novo agricultura. Significa, de novo, que vamos conduzir o sistema para o setor agrícola.

O segundo tipo de investimento: precisamos de investimentos de curta maturação. Precisamos de investimentos que produzam rapidamente os seus efeitos, de forma que recapturemos o efeito inflacionário, que está sempre embutido em cada novo investimento. Se a resposta for rápida, teremos condições de controlar melhor o processo inflacionário. Então, temos de procurar investimentos de maturação menos longa. De novo, isto nos leva a utilização de recursos disponíveis, não só basicamente no setor agrícola, onde a simples mobilização da mão-de-obra e do capital existente num pequeno investimento produz efeitos muito importantes e — de novo — que nos ajudam a resolver, simultaneamente, aqueles problemas.

O terceiro indicador dos investimentos que devemos procurar é daqueles

que produzam uma redução das importações, que substituam as importações e que nos auxiliem a resolver o problema do balanço de pagamentos.

O quarto tipo de investimento são os investimentos destinados às indústrias de massa, às indústrias produtoras de bens de consumo melhorados, indústrias de bens de consumo comuns a toda a população. Isso nos ajuda a resolver o problema da inflação.

Então, temos quatro critérios para escolher os investimentos e induzi-los na direção desejada para que, realizando-se nessa direção, produzam os efeitos que desejamos: *manutenção do nível de emprego; redução da dependência energética; redução da dependência externa; e redução da taxa de inflação.*

Temos, portanto, de selecionar esses investimentos e induzir a que eles se realizem — e isso é o que está sendo feito — através de toda a política do Governo. Todos os Ministérios trabalham na direção realmente de aprovar investimentos que satisfaçam esses critérios, que já estão estabelecidos no documento que se chama III PND. Se fizermos isso, teremos dado um passo muito importante na solução dos problemas fundamentais.

As Quatro Causas da Inflação

Mas sobram ainda algumas dificuldades que temos de resolver; e a maior dificuldade, *aquela mais evidente, é a inflação.* É que tudo isso vai maturando, vai conduzindo a economia na direção correta, mas não reduz de forma dramática o nível de inflação. É preciso que, ao lado desta política econômica, que mantém o nível de emprego e reduz a dependência externa, nós tenhamos alguns instrumentos destinados ao controle da inflação. A inflação brasileira é

causada basicamente por quatro fatores. O primeiro grande fator da inflação brasileira é exatamente o *déficit do Governo*. Nós investimos largamente sem disponibilidade de recursos. Durante alguns anos acumulamos um déficit muito importante, não só no setor público propriamente dito, como nas empresas do Governo. As empresas do Governo estavam liberadas para procurar realizar os seus investimentos e financiá-los, tanto interna, como externamente. Como nós tínhamos um problema de balanço de pagamentos, a tendência era resolver o problema do financiamento interno das empresas através de empréstimos externos. Mas isso significa simplesmente emitir para financiar investimentos. E a consequência foram esses grandes déficits, que realmente causaram desequilíbrios internos muito grandes, muito altos. Eu suspeito que o nível de déficit do Governo Federal e das empresas era alguma coisa parecida com 3 a 4% do Produto Interno Brasileiro.

A segunda causa da inflação, dessa aceleração da inflação é, certamente, *uma certa escassez de alimentos*. Tivemos três anos agrícolas muito ruins, três anos agrícolas muito difíceis, e a Nação consumiu todo o seu estoque regulador de alimentos. Para os Senhores terem uma idéia, no ano passado importamos arroz, feijão, milho, carne, leite; isto é, importamos aquilo de que éramos tradicionais exportadores. Por que isso aconteceu? Porque a acumulação de três safras frustradas exigiu o consumo de tudo o que nós tínhamos como reserva. Então, enfrentamos 79 e estamos terminando esse período agora, porque agora é que a safra de 80 está entrando. Enfrentamos 79 e estávamos sem nenhuma reserva, sem reserva de espécie alguma; quer dizer, não existia milho nem

para dar às aves e aos porcos. Não existia feijão, não existia arroz, não existia carne, porque nós tínhamos consumido tudo isso nos três anos de dificuldades. Em 79, portanto, a emergência dessa escassez de alimentos produziu uma enorme pressão inflacionária. E é preciso compreender que *era uma escassez física, faltava comida fisicamente*. A elevação de preços é apenas o outro lado da escassez física. A elevação de preços se realizava para igualar a oferta e a procura, para que se consumisse só aquilo que se tinha disponível. Esta é uma causa que felizmente também está sendo superada. Tivemos um bom ano, mas certamente apenas um bom ano não vai resolver isso. Temos de voltar a ter estoques de alimentos que correspondam a 1/4 ou 1/3 da safra, para que, quando houver flutuação climática, não haja um efeito importante sobre a oferta de alimentos. A diferença fundamental entre uma economia como a nossa e uma economia mais desenvolvida como a americana ou uma economia da Europa Ocidental é que eles têm estoques de reserva de um ano, um ano e meio, ou seja, nenhuma flutuação de safra pode produzir variação importante na oferta. Para os Senhores terem uma idéia, a maior seca dos últimos anos na Europa produziu um aumento de preços de 9%. Por que? Exatamente porque existia todo um mecanismo de estocagem que satisfaz às necessidades do ano todo, praticamente, porque a produção foi reduzida a 20/25% do normal. No Brasil, como somos um país pobre, penso que precisamos ter essa reserva da ordem de 1/4 ou 1/3 da safra, de tal forma que possamos passar um ano todo sem grande sufoco.

A terceira causa da aceleração da inflação foi *um certo descompasso na política salarial*. Nós insistimos de forma

muito importante em dar aumentos salariais acima dos níveis de produtividade média da economia. Aqui as pessoas ficam tristes quando se fala disso, porque todo mundo acha uma grande injustiça, ou que é uma manifestação de grande reacionarismo falar sobre este fato. Mas é exatamente isso; é que a economia não pode pagar salários reais muito acima do crescimento do seu nível de produtividade sem causar tensões inflacionárias. Também é uma causa que com a Lei Salarial de novembro está razoavelmente resolvida. Nós deveremos caminhar, se tivermos sucesso na política antiinflacionária, lentamente, mas deveremos caminhar para que as coisas se organizem melhor.

Finalmente, a quarta causa dessa inflação foi o aumento dos preços externos, um aumento violento dos preços externos. Para os Senhores terem uma idéia: se tomarem o primeiro trimestre deste ano com relação ao primeiro trimestre do ano passado, verificarão que a taxa de crescimento dos preços de todas as importações foi de 54%:

A tabela mostra os preços que pagamos. Portanto, 54%. Enquanto isso, em petróleo, a taxa foi de 116%. Ou seja, estamos pagando, hoje, em petróleo, o dobro do que pagávamos no primeiro trimestre do ano passado.

Eu suspeito que o choque do petróleo, este ano, é maior, mais importante do que aquele que sofremos em 73. O choque de 73 produziu aceleração da inflação, que vinha num patamar de 17/18% para 40/42%. Com o atual choque do petróleo, empurramos a inflação brasileira a um patamar de 80/85%. Silenciosamente, o petróleo produziu, em 79, mais estrago do que tinha produzido em 73, isto é, o aumento médio do preço do petróleo foi gigantesco. Estávamos comprando óleo, no começo de 79, a mais ou menos 12 dólares o barril, e estamos pagando o óleo, neste trimestre, a 28, 29 dólares o barril. Isto cria um impacto imenso com relação aos preços. Por que? Porque não apenas temos de absorver esse aumento externo como, sobre ele, ainda temos de colocar a modificação da taxa cambial.

EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES GLOBAIS E PETRÓLEO (1º trimestre/1º trimestre do Ano Anterior: 1975-1980)

Em US\$ milhões

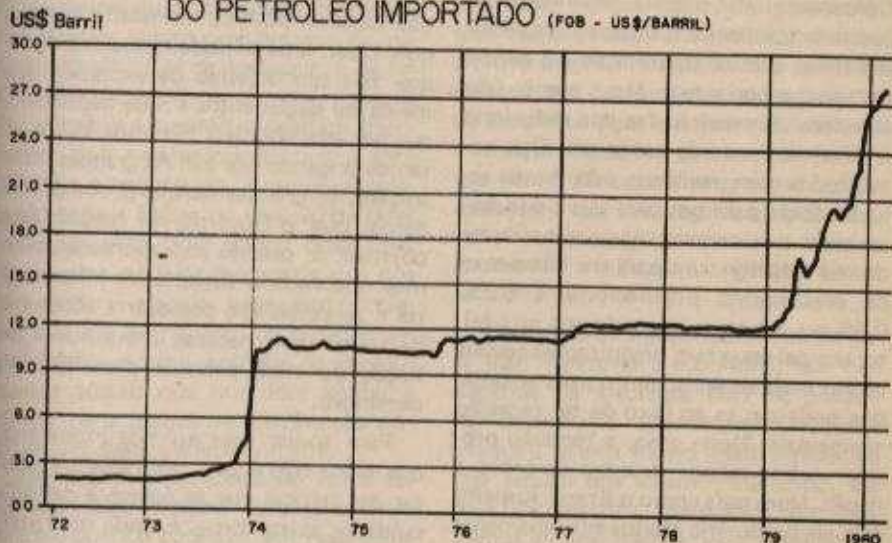
Ano	Global	Taxa de Crescimento	Petróleo	Taxa de Crescimento
1975	2965	—	7 22	—
1976	2713	-8,5	891	23,0
1977	2848	5,0	84 2	5,5
1978	3032	6,5	992	17,8
1979	3541	16,8	1036	4,4
1980	5464	54,3	2238	116,0

Fonte: CIEF

Se os Senhores tomarem este aumento de preço de 1-16% e colocarem mais 40% de correção cambial, terão um aumento de 2.16 multiplicados por 1.4.

enorme aumento de preços. De modo que não pode perdurar. Nós estamos transferindo para o custo da energia todos esses aumentos, mas estamos agindo

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO IMPORTADO (FOB - US\$/BARRIL)



O gráfico mostra o salto no preço do combustível. O preço da energia consumida subiu cerca de 165% num ano. É um choque muito maior do que em 1973. Isto é inabsovrível. Se se empurrasse isto tudo na economia, nesta velocidade, o sistema de preços se desestabilizaria rapidamente. Isto exige do Governo, então, outro tipo de ação. Transmitir o aumento para a economia, internamente, com menor velocidade. Mas estamos pagando petróleo mais caro. Estamos transmitindo internamente com menor velocidade e estamos, por isso, começando a pôr recurso do Governo para cobrir a diferença. Ainda que a curto prazo, isto terá um certo efeito de contenção dos preços. A longo prazo, esta é uma política que conduz a um

a uma velocidade consideravelmente menor do que a que foi usada até agora externamente.

Não à Recessão

Neste campo da inflação, haveria sempre uma pergunta, no sentido de se não valeria a pena um tratamento de choque, se não valeria a pena um tratamento mais enérgico, que realmente reduzisse o nível de inflação.

Tenho objeções a esse tipo de tratamento, por dois motivos: primeiro, porque um tratamento de choque, em 73, certamente teria produzido resultados; segundo, porque iríamos precisar de mais um tratamento de choque em 79.

O que significa um tratamento de choque? *Significa violar a solução dos quatro problemas que colocamos inicialmente. O tratamento de choque significa realmente a recessão*, isto é, significa a redução do nível absoluto de emprego. Certamente ele produz resultados no combate à inflação. Certamente a recessão reduz o nível de inflação e o déficit em contas-correntes. Mas, como isto acontece? A recessão faz isto reduzindo o nível de renda da economia. Ora, como todos compreendem, esta é uma solução óbvia para um país que pode passar dois, três anos sem ampliar o volume de seu emprego; um país em que a taxa de crescimento populacional é 0,2%, 0,3% ou até zero. Um país que está feito, um país que tem organizações sociais muito mais estáveis, muito mais arrumadas pode dar-se ao luxo de ter recessão temporária. Neste caso, a recessão produz efeitos menos desastrosos sobre a nação. Num país como o Brasil, suspeito que ela produziria efeitos extremamente perniciosos. Daí não poder ser utilizada.

Ajuste Gradual

Então, foi exatamente por isto que se decidiu por uma política gradualista, que produz efeitos menores, que exige uma paciência dos diabos, porque os efeitos sempre vão acontecer no mês seguinte, não no mês em que estamos vivendo. O drama da execução dessa política é exatamente este: a cada mês ocorre um fato novo que impede que a queda da inflação comece. E o segredo da solução está em continuar persistindo. E, quando não acontece, tem-se que continuar brigando para que volte a acontecer. Não tenho dúvidas de que a atual política econômica vem controlando as despesas do Governo, controlou as

empresas governamentais, ampliou a oferta de alimentos e colocou uma política salarial bastante razoável. Creio que, desta forma, acabará produzindo seus efeitos sem causar nenhuma redução dramática no nível de emprego. Isso não pode ser feito, infelizmente, sem a adoção de uma política monetária austera, quer dizer, uma política monetária dura, que fixe um objetivo de expansão dos meios de pagamentos e que depois brigue por este objetivo. Fixamos 45% e estamos brigando por ele. As grandes instituições, os grandes bancos já compreenderam que o Governo vai realizar este objetivo. E, quanto isto acontecer, teremos quebrado a expectativa inflacionária e as coisas vão começar a acontecer de forma mais natural, reduzindo a inflação do atual patamar para 50% em dezembro.

Para apoiar essa política monetária, que ainda não é uma política dura, apesar das críticas que se ouvem e das dificuldades existentes — é ainda uma política muito frouxa, eis que se tem permitido aos meios de pagamento se expandirem à taxa de 75% ao ano e que se reduzirá, em dezembro, a 45% — é preciso uma política fiscal como a que está sendo usada, também de caráter restritivo. Deveremos terminar o ano com substancial superavit do Governo, para atender àqueles objetivos a que nos referimos inicialmente. Quanto à redistribuição dos benefícios desse crescimento que estamos colhendo, ao mesmo tempo em que estamos tentando resolver os problemas, a política do Governo é no sentido de montar uma estratégia que vise à utilização de políticas que não piorem a distribuição de renda e, ao lado, destinar uma parcela de investimento para o campo social — habitação, saneamento, alimentação etc. — de tal forma

que produza uma redistribuição de rendimento sem produzir efeitos importantes do ponto-de-vista da inflação.

Estratégia Definida

Nós estamos, portanto, com a estratégia inteiramente formulada. Pretendemos resolver quatro problemas: o da *manutenção do nível de emprego*, o da *redução da dependência externa*, a *queda da inflação* e a *questão energética*. Escolhemos dois setores prioritários: a *agricultura* e a *exportação*. E estamos colocando toda a ênfase na direção de fazer funcionar esses dois setores diferentes. Temos uma política monetária que nos deve ajudar a resolver o terceiro problema, que é o da redução do patamar inflacionário, e uma política de investimentos sociais que nos deve ajudar a manter certa justiça na distribuição dos benefícios desse desenvolvimento.

Isto fecha a estratégia do Governo. Tal estratégia mostra certa coerência interna, que vai conduzir aos resultados que estamos esperando. Mas esses resultados tomam tempo, e a última coisa que o brasileiro tem é paciência. As pessoas ficam afoitas, esperam um "pacote" todos os dias. Quando o Governo não produz um "pacote", elas exigem o "pacote" ou o publicam antecipadamente. Todo mundo deseja, realmente, resolver esses problemas num prazo muito curto. E isso não é possível. Algumas pessoas ficam falando em "modelos alternativos". Mas ninguém diz o que é o "modelo", ninguém diz o que é "alternativo". Pode-se, porém, intuir: isso deve referir-se a alguma outra coisa, a um sistema diferente do nosso. Basta olhar para o mundo e verificar que os problemas do Brasil — balanço de pagamento e inflação — não são problemas nacio-

nais, não são sequer problemas do mundo ocidental. Eles estão hoje instalados dentro do mundo do planejamento, do mundo "soi disant" socialista. O Brasil é, certamente, um devedor respeitável, mas temos a companhia próxima de alguns países socialistas. Por que? Simplesmente porque não há truque ideológico capaz de superar aquela identidadezinha a que nos referimos. Não há como resolver um descompasso entre a oferta de bens e serviços e a demanda de bens e serviços. Cada vez que isso se realizar, seja no regime capitalista, seja no regime socialista, seja no regime corporativo, vai acontecer rigorosamente o mesmo: aparecerão a inflação e o déficit em contas-correntes.

Tudo isto está implícito na forma pela qual funciona a economia, que não depende de ideologia. Não há, portanto, mecanismo alternativo que possa produzir efeito muito mais rápido do que aquele que estamos colhendo. Temos de persistir, perseverar na luta. Temos a convicção de que o diagnóstico foi correto, porque a estratégia está correta. *Temos a convicção de que vamos conseguir atingir os resultados*. Os números mostram que a parte física da economia começa a caminhar na direção que desejamos. Mas a parte monetária ainda não caminha na direção que desejamos. É preciso, portanto, continuar a fazer ajustes, para deixar as duas coisas coincidirem.

E é isto que vamos continuar fazendo no Governo Figueiredo, de forma que possamos num prazo razoavelmente aceitável, dar uma solução aos problemas que colocamos.

Muito obrigado.

(Palestra realizada na ESG
em maio de 1980)